



F. GUALBERTO
Costa Couto (D) explicou a Paiaká e Merecore (pintado para guerra) os termos do decreto

Kaiapó ganha terra e garimpo vai reabrir

O grupo de trabalho interministerial, criado pelo decreto 88.118/83, responsável pela definição das áreas indígenas no País, aprovou ontem o limite de três milhões e 300 mil hectares da reserva indígena dos Gorotire, subgrupo Kaiapó, do sul do Pará; onde se localiza o garimpo de Maria Bonita e decidiu encaminhar ao presidente José Sarney minuta do decreto demarcatório daquelas terras. Este deverá ser publicado na terça, dia 7 ou quarta-feira, dia 8, segundo informações do ministro do Interior Ronaldo Costa Couto.

Ele disse, ainda, que o serviço geográfico do Exército, logo após a publicação daquele documento, "começará a tomar as providências de planejamento e atuação na área".

Segundo acordo assinado pelo ministro do Interior, pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Gerson da Silva Alves, pelo secretário-geral do Ministério

da Reforma e Desenvolvimento Agrário Mirand, Simão Jatene e pelo líder Gorotire, Paiaká, "tão logo seja sancionado o decreto, a comunidade indígena permitirá o retorno da atividade da garimpagem". Esta será feita "sob controle e participação dos índios, e perdurará até que a área esteja totalmente demarcada".

— Após a demarcação caberá à comunidade indígena decidir se quer ou não que a atividade de garimpagem continue a se realizar em suas terras, prevê o acordo.

No último dia primeiro de abril, a comunidade indígena Gorotire, composta de cerca de mil e 700 pessoas, expulsou cinco mil garimpeiros de Maria Bonita, por considerar que estava sendo prejudicada com a sua presença, tanto a nível de saúde, quanto financeiramente, pois só recebia um por cento da venda do ouro à Caixa Econômica Federal; e o contrato da Funai com a CEF, que permitia a atividade

garimpeira havia caducado há um ano.

O texto do acordo firmado garante que os índios terão, a partir de agora, participação "correspondente a cinco por cento do valor da produção mineral efetiva, obedecidas as normas de funcionamento da Caixa Econômica Federal".

Os trabalhos de campo — diz o acordo — serão iniciados após a aprovação do decreto, no menor prazo possível, dando-se prioridade ao trecho do limite leste que terá a supervisão do delegado regional da Funai, Salomão Santos.

O líder Paiaká, após exigir que fosse alterado o acordo, trocando a expressão "delimitação" por "demarcação" afirmou que sua comunidade está "preparando uma grande festa para quando for assinado o decreto". Ele estava acompanhado do guerreiro Merecore, que pintado para guerra e armado com borduna, veio dar uma demonstração da disposição dos índios em defender as suas terras.

Índios empunham bordunas e esperam brancos

No Pará, os outros índios kaiapó aguardavam a resposta também pintados de guerra e armados de bordunas e armas de fogo, segundo Paiaká. Ele apontou o guerreiro Merecore e disse: "Eles estão lá como ele, do jeito de briga. Estão sabendo que pode pessoal se armar de toda arma que tiver. Pode morrer todos kaiapó, mas morre branco também".

Além de Merecore, acompanhava Paiaká o chefe do Posto Indígena de Gorotire, José Maria Nascimento, acusado pelo deputado Sebastião de Moura Curtió (PFL/PA) de manipular os índios contra os garimpeiros, inclusive de participar da invasão de Maria Bonita pintado como índio. Nascimento se defendeu, ontem afirmando que estava infiltrado para poder interceder com maior facilidade em favor da paz.

O chefe do posto indígena da Funai tremeu ao se ver cercado pelos

jornalistas. Com a cópia de uma carta endereçada a ele por um Alex de tal, um repórter perguntou se a reconhecia. A princípio, Nascimento respondeu positivamente. Depois negou parte da carta, cuja cópia fora cedida à imprensa pelo deputado Curtió. E mais: disse que o tratamento de "amigo" com que o Alex se dirigia a ele não era próprio. O relacionamento dos dois tinha sido apenas comercial, segundo afirmou, tendo fretado o avião de Alex algumas vezes para ir a Maria Bonita.

Na parte da carta reconhecida por Nascimento, a metade final, Alex informa que "o movimento" ou operação **Maria Bonita** não está aparecendo na Rede Globo, imagino que seja algum boicote, e se interessar a vocês eu posso conseguir um equipamento de videocassete para gravarmos aí e enviarmos a outra..." (a última palavra está ilegível na cópia).

Paiaká não confiou em Nascimento na hora de assinar o acordo. Apesar de ouvir atentamente os argumentos do indigenista, ele disse que só assinaria após falar com Marcos Terena, índio que foi chefe de gabinete da Funai e hoje é assessor de Assuntos da Cultura Indígena do Ministério da Cultura. Como não conseguiram localizá-la, foi preciso trocar a palavra **delimitação** por **demarcação**, mesmo depois do documento haver sido assinado pelo ministro do Interior, o secretário-geral do Mirad e o presidente da Funai.

No acordo, que segundo o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, contou com o apoio do governador do Pará, Jader Barbalho (PMDB), para a demarcação, os índios conseguiram, ainda, elevar de um para cinco por cento sua participação na comercialização do ouro de Maria Bonita junto à Caixa Econômica Federal.

Demarcações beneficiarão mais seis nações

Na mesma reunião em que decidiu demarcar 3 milhões 300 mil hectares para os índios Kaiapó, no sul do Pará, o grupo interministerial que define os territórios indígenas no País aprovou, ontem, a delimitação de 868.289 hectares para outras seis nações, e homologação de mais 824.169 hectares de áreas já demarcadas. Ao todo, há 67 milhões de hectares de terras indígenas identificadas pela Funai, dos quais apenas 1,6 milhão foram delimitadas.

Participaram da reunião, que durou quatro horas e meia, o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto; o secretário-geral do Minis-

tério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Simão Jatene; o presidente da Funai, Gerson Alves; o diretor de Patrimônio Indígena do órgão, Aureo Araújo Fallero; a antropóloga Ana Lang; o secretário-geral do Ministério do Interior, Mauricio Vasconcelos e o assessor jurídico Renato Leone.

As áreas que tiveram homologação aprovada são as de Araribóia, no Maranhão, com 413.587 hectares para uma população de 2.323 índios; Karitiana, em Rondônia, com 89.682 hectares para 109 indígenas e Pimentel Barbosa, em Mato Grosso, com 320.900 hecta-

res, para 298 índios. Das áreas delimitadas, quatro são no Acre: Campinas/Katukina, com 28.862 hectares, para uma população de 93 índios; Kaxarari, 127.540 ha; para 153; Nukini, 30.900 ha., para 224 e Poyanama, 19.987, para 258 índios.

As delimitações aprovadas abrangem 4.168.289 hectares, beneficiando uma população de 4.105 índios. As restantes são: Waiápi, no Amapá, com 543.000 hectares, para 274 índios; Tubarão/Latundê, em Rondônia, com 118 mil ha., para 103 índios; e Kaiapó, no Pará, 3,3 milhões, que serão demarcadas "no menor prazo possível", para cerca de 3 mil índios.

Indigenistas querem anular acordo

O acordo assinado ontem por representantes dos Ministérios do Interior, Reforma e Desenvolvimento e a Fundação Nacional do Índio, visando a demarcação do território Kaiapó, no Sul do Pará e a consequente reabertura do garimpo de Maria Bonita, foi condenado por indigenistas e sertanistas do órgão tutelar. Segundo eles, o acordo não tem nenhum efeito legal e fere a legislação vigente em favor dos grupos indígenas. Além disso, foi entendido como uma negociação do superintendente Gerson da Silva Alves, que responde interinamente pela presidência da Funai, para que seja efetivado no cargo.

Conforme os sertanistas Porfírio Carvalho e Odenir Oliveira, o acordo é uma proposta desonesta e espúria. Entretanto, a assinatura não causou nenhuma surpresa, uma vez que o secretário-geral do Ministério do Interior, no curso das negociações, vinha fazendo promessas impossíveis de serem cumpridas como o único objetivo de conseguir o regresso dos garimpeiros no território Kaiapó.

— Há mais de um mês — disse Porfírio Carvalho — os índios estão sendo pressionados para que cedem suas terras aos garimpeiros. E hoje (ontem) os interessados conseguiram o que queriam, aproveitando-se do fato do líder Paulinho Paiaká estar doente, sob uma forte crise de malária e de não saber ler.

Segundo o sertanista, o presidente interino da Funai, Gerson Alves, foi advertido pela diretoria do órgão para que não assinasse nenhum acordo. No entan-

to, deixou o órgão sem que esta diretoria soubesse de suas intenções. Por outro lado, na condição de superintendente, sem qualquer ato que lhe autorize exercer a presidência da Funai mesmo na interinidade, Gerson Alves não tem competência legal para assinar nenhum acordo em nome do órgão, segundo o regimento interno da Funai.

A assinatura de Paulinho Paiaká também não tem nenhum valor legal, no sentido de permitir o ingresso de garimpeiros na área indígena. Isto porque esta autorização é vetada pelo artigo 22 da Lei 6.001/73 (Estatuto do Índio). Essa determinação é sustentada pelo artigo 2º do Decreto 88.985, de novembro de 1983, segundo o qual "as riquezas e utilidades existentes no solo das terras indígenas somente serão exploradas pelos silvícolas, cabendo-lhes, com exclusividade, o exercício das atividades de garimpagem, foiceação e cata".

Diante deste quadro, os sertanistas afirmaram, ainda, que no início da próxima semana (possivelmente segunda-feira) ingressarão na Justiça com uma ação popular contra o Ministério do Interior e Fundação Nacional do Índio, pelo ingresso de garimpeiros no território Kaiapó.

Eles temem que esta decisão crie precedentes e a partir daí outras áreas indígenas, ricas em minérios, sejam invadidas, criando um problema social, cuja solução seja com base em acordos semelhantes. A consequência seria a dominação dos territórios tribais por garimpeiros.